

## (RE) PENSANDO A ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Rita de Fátima Muniz<sup>1</sup>  
Sheila Maria Muniz<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo científico a ser apresentado traz um (re) pensar sobre o processo de alfabetização na “idade certa”, conforme estipulado pela Portaria Nº 867, que estabelece o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa- PNAIC. Seu objetivo é alertar educadores e a sociedade como um todo, do cuidado que deve-se ter em relação ao processo de alfabetização das crianças. Terá como abordagem teórica as concepções de alfabetização segundo Emília Ferreiro (1999,2006); as fases do desenvolvimento conforme Piaget (1970); a importância do brincar, Piaget (1988) e a legislação vigente no país. Constatou-se que na busca por adequar-se as imposições Legais, os educadores muitas vezes focam-se em demasia no processo de alfabetização, suprimindo em muitos casos o brincar e desconsiderando as fases do desenvolvimento das crianças. Foi evidenciado então o cuidado que deve-se ter neste processo para que a alfabetização realmente ocorra de forma enriquecedora e prazerosa para alunos e professores.

**Palavras-chave:** Alfabetização na idade certa. Fases do desenvolvimento. Brincar.

### Resumen

El trabajo de investigación que se presenta aporta un (re) pensar en el proceso de alfabetización en "cierta edad", según lo estipulado por la Ordenanza Nº 867 establece el Pacto Nacional para la Alfabetización en la era sin duda PNAIC. Su objetivo es alertar a los educadores y la sociedad en su conjunto, se debe tener cuidado en relación con el proceso de alfabetización de los niños. Tendrá como teóricos enfoque de alfabetización concepciones segundo Emilia Ferreiro (1999.2006); etapas de desarrollo, como Piaget (1970); la importancia del juego, Piaget (1988) y la legislación vigente en el país. Se encontró que en la búsqueda de adaptarse a las exacciones legales, los educadores a menudo se centran demasiado en el proceso de alfabetización, eliminando en muchos casos el juego y haciendo caso omiso de las etapas de desarrollo del niño. Fue entonces evidente que se debe tener cuidado en este proceso para que la alfabetización en realidad se produce en forma amena y enriquecedora para los estudiantes y maestros.

**Palabras clave:** Alfabetización a la edad adecuada. Etapas de desarrollo. Jugar.

O Brasil é um país de múltiplos contrastes. Ao passo que possui belezas naturais inenarráveis, possui também um quadro alarmante de fragilidades em seu sistema

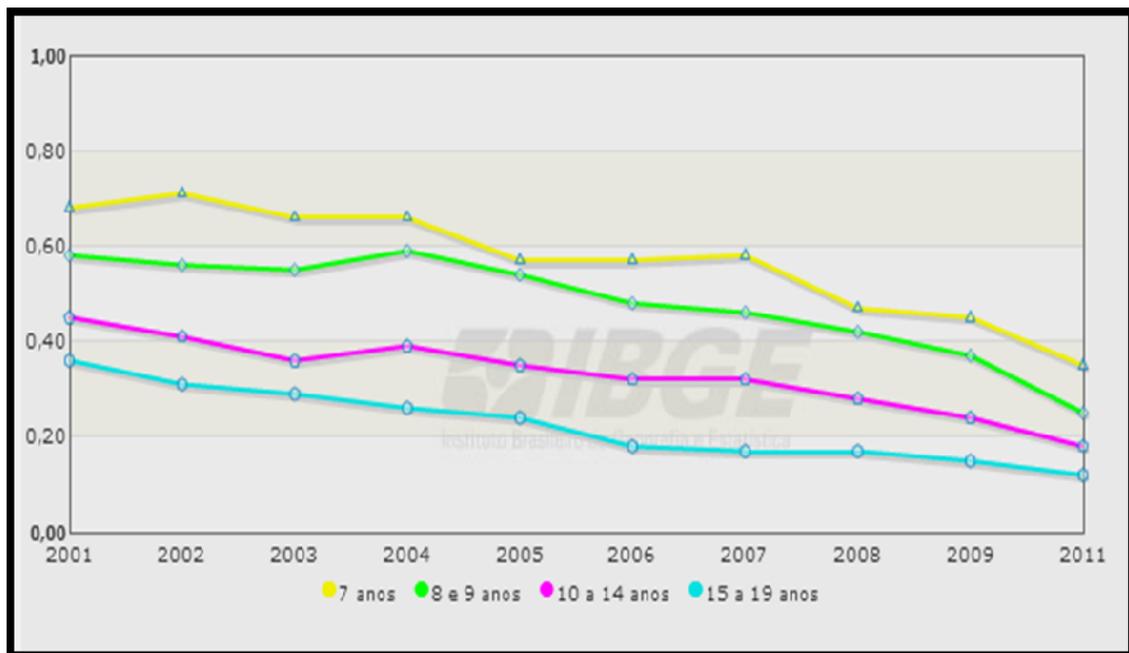
<sup>1</sup> Doutoranda em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará. E-mail: ritamunizjjoca@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará. E-mail: sheylamuniz@hotmail.com

educacional. Tal vulnerabilidade foi evidenciada a nível mundial com a participação do Brasil em março de 1990, na Conferência de Jomtien, na Tailândia, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial. Na ocasião, Brasil destacou-se como um dos 09 países que mais apresentam debilidades em relação a educação.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, o país vem tentando superar aspectos que foram então evidenciados, como é o caso do analfabetismo entre crianças e jovens, conforme expresso a seguir.

Figura 1- Pessoas não alfabetizadas 2001-2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001-2011.

A referente pesquisa considerou analfabeta uma pessoa que declara não saber ler nem escrever um bilhete simples em seu idioma, que apenas assina ou nome ou ainda o que aprendeu a ler e escrever mais esqueceu. (IBGE séries históricas e estatísticas)

O que seria então estar alfabetizado nos dias vigentes? Para a psicolinguísta argentina Emilia Ferreiro (2006), seria poder transitar com eficiência e sem temor numa

intrincada trama de práticas sociais ligadas à escrita e ainda apreciar a beleza e a inteligência de um certo modo de composição, de um certo ordenamento peculiar das palavras. Conforme Ferreiro (1999, p.47 apud Duarte; Rossi; Rodrigues, 2008, p.3) “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola é que não termina ao finalizar a escola primária”.

Na tentativa de garantir que os direitos às aprendizagens das crianças sejam assegurados no tempo certo, ou seja, que elas consigam ser alfabetizadas logo nos anos iniciais do ensino fundamental, trâmites Legais foram instaurados. Em 4 de Julho de 2012, foi oficializada a Portaria Nº 867, que estabelece o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa- PNAIC e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais.

Esta Portaria estabelece que um “período adequado”, para a alfabetização, conforme apresentado no Art. abaixo.

Art. 1o Fica instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, pelo qual o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação reafirmam e ampliam o compromisso previsto no Decreto no 6.094, de 24 de abril de 2007, de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, aferindo os resultados por exame periódico específico, que passa a abranger:

I - a alfabetização em língua portuguesa e em matemática;

II - a realização de avaliações anuais universais, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP, para os concluintes do 3º ano do ensino fundamental;

III - o apoio gerencial dos estados, aos municípios que tenham aderido às ações do Pacto, para sua efetiva implementação.

Parágrafo único. A pactuação com cada ente federado será formalizada em instrumento próprio a ser disponibilizado pelo MEC. (Portaria Nº 867- INEP)

Embora seja plausível o estabelecimento de uma idade ideal para as crianças estarem alfabetizadas, urge-se alertar para que isto ocorra de forma prazerosa, dinâmica. Caso contrário, o processo de ensino-aprendizagem ficará sufocante para os professores, que se sentem na obrigação de cumprirem o prazo; e às crianças, que nem sempre desenvolveram as capacidades cognitivas indispensáveis à aquisição da leitura e escrita.

A apropriação de tais capacidades pelas crianças, ocorrem não apenas devido aos estímulos, aos ensinamentos ministrados pelos professores, mas requerem que estas tenham certo nível de desenvolvimento cognitivo e maturação. Piaget (1970) concluiu que o progresso delas passa por quatro estágios, descritos nas fases do desenvolvimento denominadas:

Sensório-Motor: 0 -2 anos, inteligência pré-verbal. A inteligência está nos sentidos e nas ações; ocorre o desenvolvimento das capacidades perceptivas e sensoriais.

Pré-Operatório: 2-6 anos, aparecimento da linguagem, egocentrismo. É a fase em que as crianças reproduzem imagens mentais. Raciocínio preso às coisas imediatas. No início do período há o predomínio dos desejos e fantasias (jogo simbólico) e no final do período, pensamento mais adaptado aos outros e ao real.

Operacional Concreto: 7-12 anos. Processo gradual, onde a habilidade de realizar operações se dá apenas no concreto. Habilidade para sequenciar ideias ou eventos e de estabelecer corretamente a correlação entre causa e efeito, entre meio e fim; Têm capacidade de classificação, agrupamento, reversibilidade.

Operacional Formal: as estruturas operatórias "formais" começam a se constituir por volta dos 11 a 12 anos. Passagem do pensamento concreto para o formal (abstrato); desenvolvimento da capacidade de raciocinar sobre hipóteses e ideias abstratas. Maior estabilidade é encontrada com o advento da idade adulta.

As fases do desenvolvimento são constantes e sequenciais. Os estímulos que lhes são dados podem contribuir na forma como estas passam por cada um destes períodos, transformando-os em aprendizagens. Segundo Piaget (1988), o desenvolvimento da criança acontece através do lúdico. Ela precisa brincar para crescer, precisa do jogo como forma de equilíbrio com o mundo. Para o autor, a criança que joga desenvolve suas percepções, sua inteligência, suas tendências à experimentação, seus instintos sociais etc.

“É pelo fato de o jogo ser um meio tão poderoso para aprendizagem das crianças, que em todo o lugar onde se consegue transformar em jogo a iniciação à leitura, ao cálculo, ou à ortografia, observa-se que as crianças se apaixonam por essas ocupações tidas como maçantes.” (PIAGET 1988,p.158-159).

Dada a importância que o brincar assume para o desenvolvimento da criança, ele foi assegurado por lei, segundo o artigo 31 da Convenção dos Direitos da Criança da ONU<sup>3</sup> que diz o seguinte: "Toda criança tem o direito ao descanso e ao lazer, e a participar de

---

<sup>3</sup> A **Convenção sobre os Direitos da Criança** foi promulgada por meio do DECRETO N° 99.710, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1990.

atividades de jogo e recreação, apropriadas à sua idade, e a participar livremente da vida cultural e das artes" (UNICEF, 1990). A criança passa parte considerável de seu tempo na escola.

O brincar, deveria fazer parte de sua rotina pois favorece às aprendizagens. Contudo, o brincar é mais visível na Educação Infantil e garantido pelo Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. De acordo com Brasil (MEC,1998) considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania deve estar embasada nos seguintes princípios:

O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;

O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;

O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;

A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;

O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade. (BRASIL, MEC.1998,p.13)

Aos 06, 07 anos, período em que a criança está desenvolvendo a fase operacional concreta, o lúdico seria indispensável, bem como muitos dos princípios propostos pela Educação Infantil. Mas aos 06 anos, a criança já tem ingressado no Ensino Fundamental<sup>4</sup>, e a rotina é diferenciada.

Em pesquisas sobre O ensino fundamental de nove anos e o direito à educação, Alerado Jacomini e Klein (2011, p.48), chegaram a conclusão que "(...) menos do que oferecer oportunidade de desenvolvimento saudável e prazeroso às crianças brasileiras,

---

1.1 <sup>4</sup> A LEI Nº 11.274 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2006 ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 29, 30, 32 E 87 DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, DISPONDO SOBRE A DURAÇÃO DE 9 (NOVE) ANOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL, COM MATRÍCULA OBRIGATÓRIA A PARTIR DOS 6 (SEIS) ANOS DE IDADE.

essa organização escolar pode sugerir uma tentativa subliminar de acelerar ou reduzir os tempos da infância. ” Segundo os autores, é necessário um alerta acerca da tendência das políticas educacionais exigirem destas crianças um esforço de adequação à disciplina dos tradicionais métodos da escola de Ensino Fundamental.

Ela depara-se com uma realidade bem diversificada, em que faz-se necessário a aquisição de determinados conteúdos, é onde elas passam a ser “alfabetizadas”. Embora não seja com a mesma frequência, o brincar ainda está incluso neste processo. No 2º ano, por sua vez, as crianças são cobradas por um bom desempenho em Avaliações Externas, sejam elas, municipais, estaduais (SPAECE) e/ou nacionais (Provinha Brasil), além das avaliações que já são cotidianas da própria escola. Os professores, preocupados com os conteúdos a serem ministrados, muitas vezes acabam por suprimir o lúdico, apenas “introduzindo” as matérias para dar conta do currículo.

Para Piaget (1988), “o jogo é uma alternativa frequentemente ignorada pela escola tradicional, por dois motivos: primeiro, pelo fato de parecer privado de relevância funcional e segundo por ser considerado apenas um descanso ou desgaste de um excedente de energia” (p. 158). O autor, ao constatar que a escola muitas vezes ignora o jogo, leva a pensar sobre a dimensão lúdica no desenvolvimento da criança no espaço escolar e sua posterior supressão.

Talvez por falta de conhecimento, o que ocorre atualmente é que muitos educadores focam-se demasiado em fazer com que seus alunos aprendam a ler no período estipulado e para tal, desconsideram aspectos importantes ao desenvolvimento das crianças, como por exemplo, a importância que o lúdico requer neste processo. Por outro lado, os educadores não deveriam ser responsabilizados por tal situação. Eles fazem parte de um sistema que quer resultados. Com isso, o tempo em sala é todo direcionado a atingir tal objetivo.

### **Considerações Finais**

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental as crianças passam por transformações em sua maneira de aprender uma vez que a didática é diversificada, mais focada na aquisição de conteúdos e na participação em avaliações, sejam elas externas ou da própria escola.

Neste interim, há que se ter atenção redobrada ao processo de ensino-aprendizagem das crianças.

As novas diretrizes impõem que estas sejam alfabetizadas na idade certa. Contudo, ao estabelecer tais ações, desconsidera-se que nem todos aprendem no mesmo tempo e nem da mesma maneira. As fases de desenvolvimento de cada um, são muitas vezes suprimidas nesta busca por adequação aos trâmites legais.

Nesta faixa etária, o lúdico como assegurou Piaget, é de extrema importância para o desenvolvimento da inteligência. Porém, o que percebe-se é que a busca por resultados, por alfabetizar na idade certa, vem fazendo com que muitos educadores direcionem seu tempo e ações em sala só para isso.

O mais preocupante é que por desconhecimento, formações insuficientes ou ainda por falta de auxílio técnico e pedagógico, os educadores nem sempre conseguem apropriar-se do lúdico para enriquecer suas aulas. E em outros casos, “forçam” as crianças para que elas aprendam o que lhes está sendo exposto.

Embora seja uma situação delicada, ainda é possível memorá-la e garantir que as crianças de fato sejam alfabetizadas. Porém, é importante considerar seu desenvolvimento cognoscitivo e ao mesmo tempo, fazer da escola um ambiente prazeroso, propício à aprendizagem, como já assegurou Emília Ferrero, se queremos que elas realmente aprendam o que lhe é ensinado.

### **Referências Bibliográficas:**

ALVARSE, Ocimar Munhoz e MACHADO, Cristiane. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 413-436, abr./jun. 2014. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)> acessado em 26/12/2014

BRASIL. **Ministério da Educação. PDE : Plano de Desenvolvimento da Educação : SAEB : ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília : MEC, SEB; Inep, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DUARTE, Karina. ROSSI, Karla. RODRIGUES, Fabiana. **REVISTA CIENTÍFICA ELETÔNICA DE PEDAGOGIA** – ISSN: 1678-300X Revista Científica Eletrônica de Pedagogia é uma publicação semestral da Faculdade de Ciências Humanas de Garça FAHU/FAEF e Editora FAEF. Ano VI – Número 11 – Janeiro de 2008 – Periódicos Semestral.

FERREIRO, Emília. Entrevista concedida pela psicolinguista argentina Emília Ferreiro a NOVA ESCOLA em outubro de 2006. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/alfabetizacao-inicial/momento-atual-423395.shtml>> . Acessado em 02. Jan .2015.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1997

HOFMANN, Jussara. **Avaliação Mito & Desafio: uma perspectiva construtivista**. 6.ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1992.

MUNARI, Alberto. **Jean Piaget**. Coleção Educadores/MEC. Tradução e organização: Daniele Saheb. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

PIAGET, Jean. **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

PIAGET, Jean. **Epistemologia Genética**. Petrópolis: Vozes, 1970.